

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO TR-PE Nº 10-2020

1ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

Suplente: Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo

2ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça

2ª Relatoria: Juiz Federal Luiz Bispo da Silva Neto

3ª Relatoria: Juíza Federal Klyce Anne Pereira Collier de Mendonça

Suplente: Juíza Madja de Sousa Moura

3ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

Suplente: Juiz Augusto Cesar de Carvalho Leal

1ª TURMA RECURSAL

[0501827-54.2019.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. IDOSO. REQUISITOS DO ART. 20, DA LEI 8.742/93. MISERABILIDADE VERIFICADA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0503018-43.2019.4.05.8305](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CAPACIDADE PARA ATIVIDADE HABITUAL COMO DONA-DE-CASA (DO LAR). RECOLHIMENTOS NA CONDIÇÃO DE SEGURADA FACULTATIVA. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0501556-66.2019.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. BENEFICIÁRIO FALECIDO. VALORES RESIDUAIS. HERDEIROS. PASSIVO CORRESPONDENTE DESDE A DIB ATÉ O ÓBITO. LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO DOS HERDEIROS. REQUISITO LEGAL CUMPRIDO. VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA PRESENTE. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0519273-91.2019.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. CONCEPÇÃO NO ENCARCERAMENTO. QUALIDADE DE DEPENDENTE MANTIDA. RENDA ZERO. REQUISITOS ATENDIDOS. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0501012-38.2020.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CEGUEIRA MONOCULAR. AGRICULTOR. AFASTAMENTO DAS CONCLUSÕES DO LAUDO. INDEVIDA. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0504380-71.2019.4.05.8308](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RODOVIA FEDERAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A UNIÃO E O DNIT. ANIMAL NA PISTA. DANO MORAL E ESTÉTICO. CONFIGURAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. RECURSOS DO DNIT E DO AUTOR, EM PARTE, PROVIDOS.

[0502946-62.2019.4.05.8303](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARCIAL. ATIVIDADE HABITUAL INCOMPATÍVEL COM O QUADRO CLÍNICO DO AUTOR. INCAPACIDADE LABORATIVA VERIFICADA NO ACÓRDÃO ANTERIOR. PERÍODO DE GRAÇA. PRORROGAÇÃO EM RAZÃO DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO. COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DE SEGURO-DESEMPREGO. RECURSO DO AUTOR PROVIDO, EM PARTE.

[0505804-39.2019.4.05.8312](#)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA NÃO CUMPRIDA. APRESENTAÇÃO DE OUTRA CTPS, MAIS ANTIGA, SOMENTE NA FASE RECURSAL. DOCUMENTO QUE JÁ SE ENCONTRAVA EM PODER DO RECORRENTE. NÃO ADMISSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0508287-78.2019.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA DE MÉRITO. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA. SENTENÇA TRABALHISTA EM QUE HOUVE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. RECURSO DO INSS QUE NÃO APONTA QUE PROVAS DEVERIAM SER PRODUZIDAS, NEM TAMBÉM SE A PROVA COLETADA POSSUI CONTRADIÇÕES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF(NÃO HÁ NULIDADE SEM PREJUÍZO).RECURSO IMPROVIDO.

[0501130-14.2020.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA DE MÉRITO. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA. SENTENÇA TRABALHISTA EM QUE HOUVE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. RECURSO DO INSS QUE NÃO APONTA QUE PROVAS DEVERIAM SER PRODUZIDAS, NEM TAMBÉM SE A PROVA COLETADA POSSUI CONTRADIÇÕES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF(NÃO HÁ NULIDADE SEM PREJUÍZO).RECURSO IMPROVIDO.